

Lançamento da Década Internacional dos Afrodescendentes terá pronunciamento da ministra Luiza Bairros em NY

(SEPPIR, 09/12/2014) A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), Luiza Bairros, fará pronunciamento no lançamento da Década Internacional dos Afrodescendentes, em solenidade na sede da Organização das Nações Unidas - ONU, em Nova York, EUA. Além do Brasil, apenas os representantes dos Estados Unidos e África do Sul terão fala no evento marcado para às 15h, desta quarta-feira - 10 de dezembro - Dia dos Direitos Humanos.

Além dos representantes dos três países, terão espaço para declarações o presidente da Assembleia Geral; o Secretário-Geral, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; o Diretor-Geral da Unesco, o presidente do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Afrodescendentes; o presidente do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a Implementação Efetiva da Declaração e do Programa de Ação de Durban.

Década dos Afrodescendentes

A Década Internacional dos Afrodescendentes foi declarada pela Assembleia Geral da ONU, através da Resolução 68/237, de 23 de dezembro de 2013. O decênio vigorará de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, sob o tema 'Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento'.

O principal objetivo da Década Internacional é promover o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais dos afrodescendentes, como reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Desta forma, a Década deve ser focada nos objetivos específicos de reforçar a ação e cooperação nacional, regional e internacional relativa ao pleno gozo dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos dos afrodescendentes, bem como sua participação plena e igualitária em todos os âmbitos da sociedade.

Deve buscar também promover maior conhecimento e respeito pelo patrimônio diversificado, a cultura e a contribuição dos afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades; assim como, adotar e reforçar os quadros jurídicos nacionais, regionais e internacionais, de acordo com a Declaração e Programa de Ação de Durban e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Racial, e assegurar a sua plena e efetiva implementação.

Segundo documento da ONU, a Década Internacional é, portanto, uma iniciativa importante e uma oportunidade única para sublinhar a contribuição significativa dos afrodescendentes às sociedades; e para propor medidas concretas que promovam sua plena inclusão e o combate ao racismo, à discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas.

Programa de atividades

Também de acordo com a ONU, a Década Internacional permitirá que as Nações Unidas, os Estados-Membros, a sociedade civil e todos os outros atores relevantes se associem aos afrodescendentes e adotem medidas eficazes para a execução do programa de atividades, no espírito de reconhecimento, justiça e desenvolvimento.

O programa de atividades reconhece que a Declaração e o Programa de Ação de Durban é um marco abrangente das Nações Unidas e uma base sólida para o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e representam uma nova etapa nos esforços das Nações Unidas e da comunidade internacional para restaurar os direitos e a dignidade dos afrodescendentes.

Entre as iniciativas propostas no Programa, estão:

1. O Departamento de Informação Pública das Nações Unidas gere um

programa de divulgação de informações sobre o comércio transatlântico de escravos e da escravidão para aumentar a conscientização e educar as gerações futuras sobre as causas, consequências, lições e legado do tráfico transatlântico de escravos e para comunicar os perigos do racismo e do preconceito.

2. O programa educacional também é usado para aumentar a consciência sobre o Memorial Permanente na sede das Nações Unidas para honrar as vítimas da escravidão e do comércio transatlântico de escravos. O projeto Rota dos Escravos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, comemorou seu vigésimo aniversário em 2014. As atividades desenvolvidas por ambos os programas podem também ser utilizados para sensibilizar e fornecer um marco para atividades organizadas em apoio à Década Internacional.

Acesse no site de origem: [Lançamento da Década Internacional dos Afrodescendentes terá pronunciamento da ministra Luiza Bairros em NY \(SEPPIR, 09/12/2014\)](#)

Ministra Luiza Bairros apresenta destaques de quatro anos de promoção da igualdade racial

(SEPPIR, 04/12/2014) Exposição fez parte da programação do evento de balanço de gestão da SEPPIR no período de 2011 a 2014. Entre representantes da sociedade civil, governos municipais, estaduais e do DF, instituições parceiras e servidores do órgão federal, a atividade teve a participação de cerca de 400 pessoas

Leia também: [ONU denuncia possível padrão de impunidade em brutalidade](#)

[contra negros \(EFE, 05/12/2014\)](#)

Entre 2013 e 2014, as vagas nas universidades federais cresceram 9,8%. No mesmo período, essa ampliação foi de 38% para estudantes cotistas. O dado revela mudanças no perfil étnico-racial das instituições de ensino superior e foi apresentado ontem (04/12) pela ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial) no evento de balanço de gestão da SEPPIR, órgão da Presidência da República que coordena desde o início do mandato da presidenta Dilma.

Além das medidas adotadas para ampliar o acesso de pessoas negras às universidades, a chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) falou de ações afirmativas em outras áreas. No campo do trabalho, destacou a reserva de vagas em concursos públicos federais e o Programa Bolsa Prêmio Vocação para a Diplomacia, do Ministério das Relações Exteriores, que já beneficiou 354 candidatos, 20 dos quais aprovados no concurso de admissão da carreira diplomática.

No segmento cultural, o destaque foi dado aos editais de apoio a projetos de artistas negras e negros que, segundo o presidente da Fundação Cultural Palmares, Hilton Almeida Cobra, contaram com recursos da ordem de R\$34 milhões nos últimos dois anos.

Mas foi com o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) e o Sistema de Monitoramento da Política, que a ministra iniciou sua apresentação no evento “SEPPIR: Balanço de Gestão 2011-2014”. Ela explicou que estas ferramentas foram fundamentais no esforço pela institucionalização da política, favorecendo a descentralização, o fortalecimento de órgãos e conselhos sobre a temática, o aprimoramento da gestão de dados e a constituição de um espaço de pactuação, o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, o Fipir.

Perspectiva racial

A fala da ministra Luiza Bairros destacou a incorporação da perspectiva racial no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), a partir da adoção de ações afirmativas, mas, também, pelo fortalecimento de ações para comunidades tradicionais, a promoção de direitos da juventude negra, e as iniciativas para

reversão da representação negativa da pessoa negra.

Resultados do Programa Brasil Quilombola (PBQ), como a instalação da Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola e a aprovação das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar para o segmento, estiveram entre os destaques relacionados ao fortalecimento de ações para comunidades tradicionais. Assim também o Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades de Matriz Africana e o I Encontro Nacional dos Povos Ciganos, realizado ano passado, em Brasília.

No eixo 'promoção de direitos da juventude negra', o Plano Juventude Viva foi relevado como articulação entre 11 ministérios, presente em seis estados e uma capital. Lançado inicialmente no estado de Alagoas, o plano tem iniciativas focadas na desconstrução da cultura de violência; na inclusão e criação de oportunidades e garantia de direitos; na transformação do território; aperfeiçoamento institucional; mobilização e acompanhamento do plano.

Reversão

Com a perspectiva de contribuir para a reversão das representações negativas da pessoa negra, a ministra lembrou ações como os editais de cultura e produção artística, lançados em parceria com o Ministério da Cultura; falou sobre o seminário de comunicação sem racismo; sobre o Curso de Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas; o apoio a encontros nacionais da Conajira (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial).

Mereceu destaque, ainda, a parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que, além da veiculação da novela angolana Windeck, prevê apoio à produção e circulação de conteúdos audiovisuais. As campanhas 'Juventude Viva' e 'Igualdade Racial é pra Valer', que mobilizou a Caixa Econômica, o Senado e a Câmara Federal, os Correios, a Casa da Moeda, os Estados da Bahia e do Rio de Janeiro, entre outras instituições, também foram lembradas.

Outros eixos tratados na apresentação da ministra para sintetizar a atuação

da SEPPIR no período foram o 'Acompanhamento Legislativo' e a 'Participação Social'. Este último, foi base para a realização da terceira Conferência de Igualdade Racial, instituição do processo eleitoral para composição do Conselho da pasta, audiências do movimento negro com a presidenta, Fórum Interconselhos e a consulta para implementação do Sinapir.

A cooperação internacional também foi focada, com destaque para os organismos internacionais como as agências das Nações Unidas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, mas a ministra resgatou o Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes (Afro XXI), realizado em Salvador, no primeiro ano de sua gestão, para falar da articulação regional feita pela SEPPIR no período.

Acesse no site de origem: [Ministra Luiza Bairros apresenta destaques de quatro anos de promoção da igualdade racial \(SEPPIR, 04/12/2014\)](#)

20 de novembro: um dia para lembrar a discriminação cotidiana das mulheres negras

(Luciana Araújo / Agência Patrícia Galvão) No Brasil, o dia 20 de novembro marca, além do Dia da Consciência Negra, o início das atividades dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. O calendário, que internacionalmente tem início no 25 de novembro (Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher) e vai até o dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), foi antecipado no País para resgatar o peso que o racismo estruturante e estrutural vigente em nossa sociedade tem na maior vulnerabilidade das mulheres negras à sistemática violação dos direitos humanos.

Leia mais:

[Consciência Negra: muito além do 20 de novembro \(Brasil de Fato, 19/11/2014\)](#)

Desigualdades de gênero e raça em números

Conforme apontou o [Informe Anual 2013-2014: O Enfrentamento da Violência contra as Mulheres na América Latina e no Caribe](#), publicado pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) no início deste mês, as violações à integridade física, moral ou psicológica da mulher não podem ser analisadas fora do contexto social. E todos os marcadores sociais, quando avaliados na perspectiva da mulher negra, mostram dados que contribuem para que essa parcela da população esteja mais suscetível à violência.

Estudo publicado em agosto deste ano pelo Laboratório de Análises Estatísticas, Econômicas e Sociais das Relações Sociais do Instituto de Economia da UFRJ aponta que o rendimento médio das mulheres pretas e pardas chegava a ser até 140% menor que o de homens brancos no País (*ver tabela abaixo*).

Tabela II. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, quatro Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 14 (em R\$, jun / 14 - INPC)

	Recife	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo
Homens Brancos	2.026,28	2.911,72	3.351,65	2.784,35
Mulheres Brancas	1.697,50	2.048,84	2.472,13	2.034,82
Brancos	1.860,61	2.492,14	2.944,98	2.435,24
Homens Pretos & Pardos	1.511,43	1.798,44	1.839,33	1.621,50
Mulheres Pretas & Pardas	1.093,43	1.210,36	1.389,79	1.214,91
Pretos & Pardos	1.331,39	1.530,11	1.635,75	1.437,60
PEA Total	1.496,27	1.892,76	2.266,63	2.106,29

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

O relatório [Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010](#), divulgado pelo IBGE em outubro deste ano, mostra que, embora as taxas de analfabetismo no Brasil tenham caído de forma mais intensa entre as mulheres pretas (36,2%), o percentual ainda é 2,3 vezes superior à taxa verificada entre as mulheres brancas.

As mulheres negras também são maioria entre os desempregados e subempregados, entre as [vítimas de tráfico de pessoas](#) e as [vítimas de assassinato](#). Em recente entrevista ao jornal *O Globo*, o ginecologista Mario Giani Monteiro, do Instituto de Medicina Social da UERJ, declarou que [mulheres negras têm 2,5 vezes mais riscos de morrer por complicações pós-aborto do que as brancas](#).

É preciso desconstruir o imaginário sobre as mulheres negras

A imagem da mulher na mídia também é sempre um tema polêmico, particularmente em razão da hipersexualização, objetificação e reforço de estereótipos subalternos, constantemente questionados por organizações feministas. No caso das mulheres negras, episódios como o da campanha publicitária da [cerveja Devassa](#) somam-se à [invisibilização](#) ou a reiteração de lugares marcados pelo preconceito, como no recente [caso do seriado 'O Sexo e as Negas'](#), em exibição na Rede Globo de Televisão, que gerou protestos de dezenas de organizações e instituições.

A jornalista Rosane Borges falou à reportagem da Agência Patrícia Galvão sobre o significado simbólico do Dia da Consciência Negra, às vésperas da realização da [Marcha das Mulheres Negras](#), que acontece em maio do ano que vem. Rosane coordenou o [Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros](#) e integra o comitê nacional de organização da Marcha.

“Este 20 de novembro tem um caráter especial por uma série de elementos. E, do ponto de vista da representação das mulheres negras, lamentavelmente, será lançada neste feriado uma corrente de artistas e personalidades em apoio ao seriado ‘O Sexo e as Negas’, mobilizada pela Rede Globo. Então, é importante pensar que, no contexto da construção da Marcha das Mulheres Negras pelo Fim do Racismo, do Sexismo e pelo Bem Viver, trazemos um conjunto de questionamentos que põem em xeque o imaginário que sustenta uma imagem distorcida da mulher negra. Quando falamos em sexismo e racismo, para além das questões materiais, das desigualdades no mercado de trabalho, das diferenças salariais, consideramos que, para as mulheres em geral e mais ainda para nós, mulheres negras, a questão do imaginário tem importância estratégica. Então, temos um 20 de novembro marcado por uma reatualização da agenda

do movimento de mulheres negras e do movimento negro, com ênfases em algumas pautas, e a pauta relacionada à imagem, à visibilidade, vem hoje, de fato, como algo prioritário. E, além das manifestações e passeatas, haverá iniciativas de mulheres negras em todo o País, em uma contraofensiva a essa imagem estereotipada que aparece na mídia”.

Resgatar o legado das mulheres negras para o Brasil

O 20 de novembro também precisa ressignificar a contribuição das mulheres negras à história brasileira. Nas homenagens a Zumbi dos Palmares, o papel de Dandara e de Luiza Mahin na luta contra a escravatura deve ser resgatado com maior força. Assim como as contribuições de mulheres negras aos campos das artes, da política e das ciências, como no caso das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo (que segue em atividade), da médica e militante comunista Maria Aragão, e da antropóloga feminista Lélia Gonzalez.

“Esse é um nó para pensarmos. A mulher no geral, mas a mulher negra em particular, foi vitimada pela cultura da invisibilidade. Esse é um dos efeitos mais perversos do racismo e do sexismo, porque afeta em grande parte as mulheres negras. Em toda a agenda do movimento negro, quando conseguimos romper algumas barreiras de invisibilidade e do silêncio que nos é imposto, essas barreiras são quebradas em favor de homens negros. Então, temos uma luta específica, dentro da grande luta geral contra o racismo, que é incidir sobre um problema que é estrutural e que atinge também o movimento feminista clássico, dito geral, porque a invisibilidade que as mulheres brancas denunciaram não traz em seu bojo a radicalidade do racismo. Então, do ponto de vista racial, é o homem negro que emerge e do ponto de vista do feminismo é a mulher branca que aparece. Há uma deficiência, e às vezes uma inoperância mesmo, das reivindicações no que diz respeito à presença da mulher negra. Por isso, a pauta do imaginário é muito importante, porque é ele que nos coloca absolutamente nas sombras”.

Rosane Borges destaca também a importância de iniciativas de resgate histórico das contribuições da mulher negra à sociedade brasileira. “Como diz *[a filósofa e ativista]* Sueli Carneiro, deve ser um trabalho de pesquisa e um esforço intelectual, não restrito à academia, que nem sempre é o lugar

mais apropriado, para dar visibilidade ao esforço de feministas negras ou não feministas que trabalharam ou estão trabalhando com o legado das mulheres negras à nossa história. E isso é fundamental, porque o que não é visto, não é lembrado, inexistente. O sujeito mulher negra existe no imaginário dentro de uma lógica muito restrita, do trabalho subalternizado, da empregada doméstica; fora desses espaços a gente some. A reconstrução da memória é uma tarefa política, um desafio de extrema importância. O que significa o seriado 'O Sexo e as Negras'? Que não há na produção da Rede Globo uma percepção de que, a despeito da nossa posição em espaços subalternizados, as mulheres negras têm uma história de luta e de inserção em outros espaços sociais. A repetição desses lugares subalternizados revela que o olhar sobre nós ainda é muito limitado, porque a nossa trajetória de participação no País, das mulheres que colaboraram para transformar o País, que pensaram a Nação brasileira, que lutaram pela democracia, some. E temos que resgatar esse legado na escravidão e no pós-escravidão”.

Ainda sobre o seriado, Rosane destaca que se trata de uma expressão do racismo institucional que existe no Brasil, levando à situação de que mesmo as ações que advogam a “exaltação” da mulher negra reforçam essa lógica. “Esse racismo, o sexismo e qualquer outra forma de discriminação são tão arraigados que não se consegue promover outros mecanismos para pensar o outro, a outra. Por exemplo, até mesmo nos cartazes produzidos pelos governos a gente só vê a mulher negra em ações de assistência social. E se é verdade que somos nós que precisamos majoritariamente dessas políticas, quando são ações positivas, fora da assistência social, a mulher negra não aparece ou é ‘embranquecida’. E o Estado brasileiro tem o dever de promover uma outra imagem na exata medida em que promove a inclusão desse sujeito nas políticas de assistência social. Porque a melhoria das condições materiais de um povo e de um grupo racialmente discriminado se dá juntamente com as imagens promovidas”. E Rosane lembra que a mídia, enquanto concessão pública, também tem essa responsabilidade.

As perspectivas para mudar o quadro de ausência de políticas públicas que assegurem real equidade nas condições de vida e respeito à cidadania da população negra não são muito animadoras diante do resultado eleitoral deste ano. Segundo dados da Câmara dos Deputados, [71% dos eleitos para](#)

[aquela casa legislativa são homens brancos](#). As mulheres negras representam 2,2% dos 513 deputados. Os deputados autodeclarados negros somam 19% da Câmara. Em audiência pública realizada pela Comissão de Educação da Casa no último dia 18, a [ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial \(Seppir\), Luiza Bairros](#), abordou essa dificuldade.

Reforma tem que discutir baixa presença de negros no Parlamento, diz ministra

(Agência Brasil, 19/11/2014) A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, disse nessa terça-feira (18) que o debate sobre a reforma política também tem que incluir o tema da baixa representação de negros e mulheres no Parlamento.



A Comissão de Cultura promove audiência pública para debater o financiamento da política de incentivo à cultura e às artes negras em suas variadas linguagens. A audiência contou com a presença da ministra da Seppir, Luiza Bairros (Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

Ela lembrou que, pela primeira vez, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) perguntou aos candidatos a cargos eleitorais sobre a cor da pele. Segundo a ministra, mesmo com a boa participação de negros e mulheres a cargos eletivos, a presença deles no Congresso ainda é pequena.

“O problema continua sendo a taxa de sucesso dessas candidaturas. As proporções de negros e de mulheres e a presença no Parlamento praticamente se invertem. Os homens brancos, que eram cerca de 42% dos candidatos, constituem quase 80% dos parlamentares eleitos”, disse.

Segundo o TSE, dos 513 deputados eleitos em 5 de outubro, 79,9% se declararam brancos; 15,7%, pardos e 4,29%, pretos. Nenhum se declarou indígena ou amarelo.

Luiza Bairros participou, na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, de audiência pública para tratar do financiamento da política de incentivo à cultura e às artes negras. Na sua opinião, o debate sobre a reforma política tem que levar em conta essas questões.

“Não resta dúvida que a maior presença de pessoas comprometidas com essa agenda de igualdade, seja de gênero, racial ou étnica aqui, dentro do Parlamento, facilitaria muito o debate de leis que favoreçam a igualdade racial e de gênero”, destacou.

Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil

Edição: Aécio Amado

Acesse no site de origem: [Reforma tem que discutir baixa presença de negros no Parlamento, diz ministra \(Agência Brasil, 19/11/2014\)](#)

Direitos Humanos promove debate para lembrar Dia da Consciência Negra - DF, 19/11/2014

(Câmara dos Deputados, 17/11/2014) A Comissão de Direitos Humanos e Minorias promove nesta quarta-feira (19), audiência pública em comemoração ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), que sugeriu o debate, destaca que a data é um marco da luta por liberdade e dignidade, além de reverenciar a memória de Zumbi e inspirar novas reflexões sobre questões raciais no País. “A Lei 12.519/11, que instituiu o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, é fruto de intensa articulação do movimento negro, consagra Zumbi o herói nacional vinculado à resistência do povo negro”, afirma.

Foram convidados:

- a ministra chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência, Luiza Bairros;
- o secretário especial da Promoção da Igualdade Racial do DF, Viridiano Custodio de Brito;
- o presidente da Fundação Cultural Palmares, José Hilton Santos Almeida; e
- representante do movimento negro.

A reunião será realizada às 14 horas, no plenário 9.

Da Redação - RL

Acesse no site de origem: [Direitos Humanos promove debate para lembrar Dia da Consciência Negra \(Câmara dos Deputados - 19/11/2014\)](#)

Ministra Luiza Bairros fala sobre racismo no Brasil ao programa Espaço Público

(Espaço Público, 05/11/2014) O programa Espaço Público, produção da TV Brasil, recebeu na última terça-feira (4) a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros.

Assista ao vídeo do programa abaixo.

Acesse no site de origem: [*Espaço Público recebe a ministra Luiza Bairros \(Espaço Público, 05/11/2014\)*](#)

Espaço Público recebe a ministra Luiza Bairros

(TV Brasil, 03/11/2014) O Espaço Público entrevista nesta terça-feira, 4/11, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros.

O programa vai discutir, entre outros assuntos, os problemas relacionados à discriminação racial e demais formas de intolerância e à violência contra jovens negros, que correspondem à maioria das pessoas que moram em favelas no Brasil. Vai tratar também de políticas públicas para a promoção da

igualdade racial e relações culturais entre Brasil e países da África.

A partir de 10 de novembro, a primeira novela africana exibida no Brasil, “Windeck”, estreia na TV Brasil, com apoio da Seppir.

O Espaço Público é apresentado pelos jornalistas Paulo Moreira Leite e Florestan Fernandes Júnior. Participa também dessa entrevista o jornalista, diretor e roteirista especialista em África Carlos Alberto Júnior.

Acesse no site de origem: [Espaço Público recebe a ministra Luiza Bairros \(TV Brasil, 03/11/2014\)](#)

‘É preciso ajudar as pessoas a não praticarem mais esse tipo de violência’, diz Ministra Luiza Bairros

(Jornal do Comércio, 17/09/2014) A visita a Porto Alegre da ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), ontem, foi sua primeira ao Estado desde a ocorrência de atos racistas durante uma partida entre Grêmio e Santos, no dia 28 de agosto. A ministra, que veio à Capital para participar do ato político “Para seguir avançando nas políticas de Promoção da Igualdade Racial”, concedeu entrevista ao Jornal do Comércio a respeito do assunto, garantindo que a pasta está dialogando com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) sobre a situação.

Jornal do Comércio - Qual a sua opinião a respeito do caso envolvendo atos de racismo no jogo entre Grêmio e Santos, direcionados ao goleiro Aranha, do time paulista?

Luiza Bairros - Esses casos de racismo no futebol vêm se repetindo em vários cantos do Brasil. Houve uma espécie de 'parênteses' durante a Copa do Mundo e nos surpreendeu essa retomada tão forte de casos como esse do Aranha. Procuramos conversar com a CBF, para que possamos ter medidas mais permanentes para preveni-los e não precisar agir depois que cada caso que acontece. Acho que há condições de, junto com as entidades esportivas do Brasil inteiro, desenhar um plano de ação, para que essas situações sejam evitadas.

JC - A senhora concorda com a condenação do Grêmio nesse caso?

Luiza - A condenação é inédita e provoca um impacto no clube e nos seus torcedores. Esperamos que seja utilizada como uma forma de impedir que novos casos venham a acontecer. Porém, a nossa intenção não é dar a punição o tempo todo, porque isso pode ser pedagógico em um determinado momento, mas, ao longo do tempo, se torna improdutivo. Para além dessa certeza que as pessoas têm de que racismo é crime e que não fica impune, é preciso, também, ajudá-las a não praticar mais essa violência.

JC - O Rio Grande do Sul é mais racista do que os outros estados do País?

Luiza - O Rio Grande do Sul é racista a seu modo, assim como existe racismo em vários estados brasileiros. Acho que a característica principal aqui é o racismo não se esconder embaixo de muitas capas. Ele é sempre muito explícito. Isso é uma coisa dolorosa para quem sofre o racismo, mas também é uma situação que você pode aproveitar positivamente, na medida em que, quando os casos existem e não são escondidos, temos uma condição melhor de combater e prevenir.

JC - O que a senhora acha do fato de a casa da torcedora que foi reconhecida no caso ter sido incendiada?

Luiza - É sempre algo para se lamentar, se repudiar um ato dessa natureza. Contudo, como nós temos procurado conversar com a CBF, o racismo é uma violência que pode gerar outras violências, por isso que insistimos que ele tem que ser evitado, porque senão se torna uma cadeia sem fim.

JC - Como prevenir o racismo?

Luiza - Já temos uma legislação bastante robusta para o racismo. No caso do Aranha, ela foi usada para além das regras da CBF. Mas, em primeiro lugar, podemos fazer uma campanha com maior alcance do que a entidade vem fazendo. Em segundo lugar, temos que acertar com os juizes de futebol algumas atitudes determinadas. Quando acontece algum caso assim, o jogo tem que ser interrompido? Essa é uma questão. Algo que utilizamos durante a Copa e que se mostrou eficiente foi criar pequenas forças-tarefa em cada jogo, com pessoas que ficam observando o comportamento da torcida e que agem no momento em que aquilo está acontecendo ou está para acontecer, de maneira a acalmar a torcida, a ganhar a simpatia das pessoas que estão em volta. Você pode instalar dentro dos estádios, como foi feito durante a Copa, postos de delegacia que possam tratar imediatamente dos casos. Então, na verdade é uma série de pequenas coisas que não são complicadas de se fazer, mas que podem contribuir muito para evitar que a violência se repita.

Isabella Sander

Acesse no site de origem: ['É preciso ajudar as pessoas a não praticarem mais esse tipo de violência', diz Ministra Luiza Bairros \(Jornal do Comércio, 17/09/2014\)](#)

Racismo na Copa é em menor número que esperado, diz ministra

(Portal Terra, 20/06/2014) A ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, disse que as manifestações diretas de racismo dentro dos estádios brasileiros durante a Copa do Mundo

têm acontecido em menor número do que o esperado. Para ela, isso é resultado das campanhas de igualdade racial que o governo e também entidades organizadoras do Mundial têm realizado.

“Considerando a forma e a frequência com que essas manifestações estavam acontecendo no futebol até o mês passado, essas manifestações diretas, dentro do campo, são em número menor do que a gente poderia esperar. Isso é bom, é resultado da nossa campanha”, afirmou a ministra. De acordo ela, desde o final de 2013 tem havido um aumento no número de denúncias de racismo e boa parte delas se refere a casos ocorridos no meio do futebol.

Segundo a ministra, o governo federal trabalha na criação de um Disque-Racismo, para receber denúncias desse tipo, por telefone pelo número 138. Não há, no entanto, previsão de quando esse serviço estará disponível para a população, já que ainda é preciso formatar melhor o projeto, escolher uma empresa para operá-lo e treinar pessoal. A ideia é que o disque encaminhe os casos para os órgãos de investigação.

Luiza Barros disse que o governo federal ainda não sabe quantificar quantos casos de racismo já aconteceram durante a Copa. Ao comentar a prisão de argentinos acusados de gritarem insultos racistas contra brasileiros no Maracanã, no jogo Argentina x Bósnia, e de espanhóis que estão insultando brasileiros pelas redes sociais, a ministra disse que o racismo não é um fenômeno localizado. “Não é apenas no Brasil, não estamos vivendo esse movimento sozinhos. Em diferentes sociedades há diferentes alvos. Temos visto isso na Europa, não é necessariamente com afrodescendentes. Vemos isso acontecer com grupos migrantes também”, afirmou.

Segundo ela, os casos de racismo na internet têm sido encaminhados para a Polícia Federal, para rastreamento da autoria dos acusados. Além disso, está havendo solicitação para que provedores removam os comentários e posts racistas.

Questionada sobre se as campanhas contra o racismo na Copa são insuficientes, já que os casos continuam acontecendo, a ministra disse que o problema é complexo. “Você não trata uma questão tão enraizada na mentalidade das pessoas apenas com as campanhas. É preciso que,

paralelamente a isso, você também tenha outros mecanismos funcionando”, disse. Para a ministra, é preciso fazer valer o uso das leis contra o racismo no país.

“Quando trabalhamos para criar o Disque Igualdade Racial, queremos criar um volume de denúncias para forçar a Justiça a agir diante das nossas leis e acordos internacionais que assinamos”. Segundo a ministra, há um registro muito baixo de admissibilidade de crimes de racismo pelo Poder Judiciário. “É necessário que a Justiça no Brasil entenda que existem leis que devem ser usadas”, afirmou ela.

A ministra espera que até o final da Copa as pessoas percebam mais a diversidade como valor positivo. Ela pediu que a imprensa reveja a maneira como escolhe “imagens bonitas” da Copa. “Precisamos que as imagens projetadas das partidas de futebol e dos torcedores das arenas sejam capazes de dar conta da diversidade das pessoas que estão aqui. É preciso deixar de achar que a imagem de mulheres e crianças brancas sejam as melhores. As crianças que acompanham os torcedores no início dos jogos não podem ser majoritariamente brancas. Temos 100 milhões de negros no Brasil. Tem que haver um esforço do nosso olhar valorizador”, disse ela.

Em entrevista a jornalistas no Centro Aberto de Mídia, o ex-árbitro Marcio Chagas contou que desistiu da profissão depois de sofrer ato de racismo esse ano no Rio Grande do Sul. Atualmente comentarista esportivo, ele disse que muitos torcedores se aproveitam do anonimato no meio da multidão para praticarem atos racistas. “Quando se está em multidão, muitos gatinhos se transformam em leão. Em torcidas organizadas, as pessoas estão escondidas, se travestem de torcedor para ficarem escondidas”, disse Chagas.

Acesse no site de origem: [Racismo na Copa é em menor número que esperado, diz ministra \(Portal Terra, 20/06/2014\)](#)

Governo vai criar Disque Igualdade Racial para receber denúncias

(Agência Brasil, 20/06/2014) O governo federal vai criar um serviço para receber denúncias sobre o crime de racismo, o Disque Igualdade Racial. O anúncio foi feito hoje (20) pela ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, durante entrevista coletiva no Centro Aberto de Mídia, em Copacabana, zona sul do Rio.

As ligações poderão ser feitas para o número 138 e todas as denúncias de racismo serão encaminhadas para a notificação das autoridades responsáveis pela solução do caso. Luiza Bairros disse que o serviço estará disponível nos próximos meses, mas não informou a data exata.

A ministra disse ainda que o governo está analisando com autoridades e setores da sociedade a criação de uma rede institucional para atendimento às vítimas de racismo e para incentivo às denúncias. A rede inclui, entre outros, o Ministério Público, a Defensoria Pública e organizações da sociedade civil.

O ex-árbitro de futebol Márcio Chagas da Silva, que foi vítima de racismo em março deste ano, durante um jogo do campeonato gaúcho, também participou da entrevista. Ele disse que “quem xinga não consegue dimensionar o quanto fere o ser humano”.

Embora ainda não haja um balanço dos dados, Luiza Bairros disse que nesta Copa, o racismo tem aparecido mais pela internet. Para ela, a mudança é um reflexo da campanha “Copa Sem Racismo”, lançada em maio pelo governo federal. Segundo a ministra, o registro de casos de discriminação está aumentando porque este tipo de manifestação deixou de ser considerada como natural. “A maior visibilidade desses casos é um indicador do amadurecimento de nossa democracia”, disse.

A Seppir tem feito um trabalho com as entidades ligadas ao futebol, aos árbitros e às torcidas organizadas para prevenir e conscientizar sobre a

discriminação racial. Nestas ações, o governo destaca que o racismo é crime imprescritível e inafiançável no Brasil, com pena de um a cinco anos de prisão e multa.

Desde 2011, a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial recebeu 1.545 denúncias de racismo. Enquanto o Disque Igualdade Racial não entra em funcionamento, a ministra lembrou que as denúncias de discriminação, inclusive homofóbica, podem ser feitas pelo Disque 100.

Acesse no site de origem: [Governo vai criar Disque Igualdade Racial para receber denúncias \(Agência Brasil, 20/06/2014\)](#)